



PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21.06.10/DP

Tratam os autos de procedimento de Dispensa de Licitação, esta, por sua vez, já autorizado pelo Ordenador de Despesas da Secretaria de Educação Básica e fundamentada na Lei Geral de Licitação, art. 24, inciso II, para Aquisição MATERIAL DE HIGIENIZAÇÃO E PROTEÇÃO INDIVIDUAL para atender as necessidades da Secretaria de Educação Básica, sendo uma das medidas adotadas para o combate e enfrentamento das consequências do COVID-19 (coronavírus), conforme descrito neste termo de referência.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente dispensa de licitação tem como fundamento o art. 24, inciso II, e o parágrafo único, da Lei nº 8666/93 e suas alterações e o decreto 9.412/2018.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Levando em conta a situação pandêmica do novo Coronavírus no município de Itapipoca, em conformidade do Decreto Municipal nºs 042/2021, 044/2021 e de acordo com as orientações da Vigilância em Saúde, com o intuito de abastecer as Coordenarias com EPI's e demais insumos necessários para assegurar a demanda e os serviços, assegurando aos usuários e aos profissionais da área de Educação, condições adequadas segundo o Protocolo de Manejo para o Novo CORONAVÍRUS (2019-nCoV) do Ministério da Saúde, sendo por tais razões, é que se faz necessária a compra dos Materiais abaixo descritos neste Termo.

A contratação é emergencial, por isso uma será feita uma Dispensa, modalidade viável, uma vez que trata-se de uma contratação de baixo custo financeiro e pequena quantidade.

Tendo em vista a necessidade da aquisição, conforme justificativa acima, realizou-se ampla pesquisa de preços e, após análise, verificou-se que o preço da proposta apresentada está dentro do limite estabelecido por lei, que permite a dispensa de licitação, e ainda, em conformidade com o que estabelece o Decreto municipal nº 009/2018, o qual obriga a Administração Pública Municipal Direta e Indireta a contratar a empresa que apresentou a menor proposta durante a pesquisa de preços.

A presente dispensa de licitação encontra-se fundamentada no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, conforme diploma legal supracitado. "Art.24 – É dispensável a licitação: I – Omissis; II – Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez". Por todas as razões expostas e, também, pelas recomendações legais previstas no art. 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a seguir transcrito, resta largamente comprovada a razão da contratação direta.



A Lei nº 8.666/93 em seu art. 24, inciso II, alterado pelo decreto federal nº 9.412/2018 esclarece:



Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998);

Art. 23, inciso II, alínea a: "para compras e serviços comuns":

a) Convite: até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais); (redação dada pelo decreto 9.412 de 18 de junho de 2018).

ESCOLHA DO FORNECEDOR DO PREÇO

Assim, a escolha do fornecedor recaiu sobre a pessoa jurídica **ZILFRÂNIO A DE SOUSA ME**, com endereço na Av. Anastácio Braga, Nº 1641, Bairro São Francisco-Itapipoca/Ceará, inscrita no CNPJ nº 03.839.308/0001-13, porque dentre a pessoa Jurídica do ramo pertinente ao objeto contrato, apresentou todos os documentos legais e também apresentou o melhor preço.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Procedeu-se com a consulta a diversas empresas/pessoas físicas do ramo pertinente com o presente objeto, e conciliando a questão da oferta do melhor preço, da regularidade jurídica, trabalhista, fiscal e previdenciária, a escolha recaiu sobre a pessoa jurídica **ZILFRÂNIO A DE SOUSA ME**. A proposta apresentada resultou no valor global de R\$ 5.728,50 (cinco mil setecentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos), conforme consta nos autos do processo supracitado.

Itapipoca – CE, 27 de maio de 2021.


HELOILSON OLIVEIRA BARBOSA

Ordenador de Despesas da Secretaria de Educação Básica